

Índice afeta 8,6 milhões de beneficiários e é um dos menores dos últimos anos; decisão teve influência do cenário político, econômico e do próprio setor, avalia especialista

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, nesta segunda-feira (23/06), o índice de reajuste para os planos de saúde individuais em 2025: 6,06%, percentual que atinge aproximadamente 8,6 milhões de beneficiários, o equivalente a 17% do total de usuários da saúde suplementar no Brasil.

O percentual ficou abaixo do aplicado no ano passado (6,91%) e está entre os menores dos últimos anos - ainda que não supere o reajuste negativo registrado em 2019, de -8,19%. Para especialistas, o índice revela um esforço de equilíbrio entre os custos do setor, a inflação e as pressões sociais e governamentais.

O cálculo do reajuste leva em conta dois indicadores principais: o Índice de Valor das Despesas Assistenciais (IVDA), com peso de 80%, e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com peso de 20%. Segundo dados da ANS, o custo assistencial subiu de R\$ 240 bilhões (2023) para R\$ 256,8 bilhões (2024), enquanto a sinistralidade caiu de 87% para 83,8% no mesmo período - um indicativo de menor uso dos serviços em relação à receita das operadoras. O IPCA acumulado variou de 4,62% para 4,83%.

Para o advogado **Elano Figueiredo**, ex-diretor da ANS e especialista em Direito da Saúde, o anúncio finaliza uma disputa entre diferentes forças que pressionavam por caminhos distintos.

“Era difícil prever o número, porque o método para calcular foi desenhado de forma complexa. Havia muita pressão de todos os lados: do Governo, para uma inflação menor, da sociedade, frente aos lucros recordes das operadoras e, contra isso, das próprias empresas de saúde, muito fortes no setor”, afirma.

“Mas ninguém tinha dúvida, nem mesmo os empresários do setor de saúde suplementar, que estava na hora de reajuste menor, assim como nos planos coletivos”, completa Figueiredo.

Ainda segundo o especialista, o Ministério da Fazenda participou do processo de validação do índice, o que pode ter influenciado diretamente no resultado final. “Esse reajuste passou pelo crivo do Ministério da Fazenda para alinhamento e isso pode ter sido determinante”, pontua.

Antes do anúncio oficial, instituições como o Citi e a consultoria Milliman, especializada em saúde privada, projetavam um reajuste entre 6,2% e 6,5%. A FenaSaúde, entidade que representa operadoras do setor, chegou a afirmar que o índice de 2025 “poderia ser o menor dos últimos 17 anos”.

Embora os lucros recordes das operadoras - que somaram R\$ 7,1 bilhões no primeiro trimestre deste ano - não entrem diretamente no cálculo do reajuste, a estabilidade financeira das empresas também influenciou a decisão. Conforme explicou a ANS, os dados de sinistralidade e despesas assistenciais apontaram para uma tendência de equilíbrio, o que favoreceu um reajuste mais contido.

Fonte: Angelo Davanço Comunicação, em 23.06.2025.